



MEMÓRIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 8 de dezembro de 2015

Horário: 10h00.

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata Ferreira, fez a abertura da 31ª Reunião Ordinária, informando ao Colegiado que o Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Eduardo Braga, não participaria da reunião em função de outros compromissos. Em seguida, aprovou, juntamente com os membros do Conselho, a Memória da 30ª Reunião Ordinária, passando em seguida ao exame dos assuntos da pauta.

2 - ABASTECIMENTO DE ENERGIA

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura, apresentou os cenários socioeconômicos e de demanda de energia do Plano Nacional de Energia 2050. Iniciou a apresentação fazendo uma síntese do abastecimento sob o ponto de vista da matriz energética brasileira e sua evolução nos últimos anos, com destaque para comparação entre os anos de 1979 e 2014.

Segundo o Secretário, o ano de 1979 foi escolhido pela sua relevância histórica e pela sucessão dos dois choques do petróleo, quando a matriz energética brasileira era composta por fontes renováveis na proporção de 44% e por fontes que utilizavam combustíveis fósseis na ordem de 56%. Naquele ano, o Brasil produzia apenas 20% do petróleo que consumia, sendo necessário realizar diversos financiamentos para a aquisição de petróleo importado.

Informou que no ano de 2014, a composição da matriz energética foi composta por fontes renováveis na proporção de 39,4% e de combustíveis fósseis na proporção de 59,3%. Observou, ainda, que em comparação com a matriz energética mundial, que é composta por 13,6% de fontes renováveis e 81,6% por fontes fósseis, o Brasil possui papel de destaque pela presença de fontes renováveis, em especial a hidroeletricidade.

Em seguida, o Secretário fez uma síntese da evolução da matriz energética brasileira nos últimos dez anos e sua projeção para 2024. Informou que o Brasil continua diminuindo a utilização de petróleo e há a expansão das fontes renováveis, principalmente, com a realização de leilões que permitem a incorporação de diretrizes de expansão do setor energético na matriz.

Observou, ainda, que a projeção da matriz energética é atualizada ano a ano, a partir da elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE, que considera os diferentes cenários existentes no País. Ressaltou que no planejamento de longo prazo – Plano Nacional de Energia – PNE 2050, a projeção realizada indica que cerca de 44% da capacidade instalada de geração de energia elétrica será composta por fontes hídricas e que haverá um crescimento no consumo de energia elétrica de, aproximadamente, 3,2% a.a., representando, em 2050, um consumo três vezes maior do verificado em 2014.

Destacou que a participação da eletricidade no consumo final de energia passará de 17% em 2014, para 23% em 2050. Ao final, fez projeções de oferta de energia para o horizonte do Plano, ressaltando que a matriz permanecerá, predominantemente, limpa e renovável.

O Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Tarcísio José Massote de Godoy, considerando a apresentação do Secretário Altino Ventura, fez alguns comentários e perguntou sobre a potencialização das bacias hidrográficas e como está sendo considerado, no planejamento, o cenário hidrometeorológico adverso observado atualmente.

O Secretário Altino informou que o cenário hoje verificado é conjuntural e explicado, entre outros fatores, pelo fenômeno El Niño. Além disto, falou sobre a construção de usinas sem reservatórios de regularização, tendo em vista as limitações existentes, entre as quais ambientais e geográficas. Ressaltou, no entanto, que para contrabalancear essa nova forma de expansão da hidroeletricidade, há um sistema de transmissão de energia interligando todo o país, o que possibilita a otimização da utilização da diversidade hidrológica dos diversos rios. Concluiu dizendo que no Brasil, há outras fontes que complementam a hidroeletricidade, como as eólicas, as fotovoltaicas e as usinas térmicas, que estão sendo fundamentais para a garantia do atendimento da demanda de energia.

A Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, Eva Maria Chiavon, fez algumas ponderações sobre a projeção do aumento do consumo energético e de energia elétrica no país em 2050, questionando o Secretário Altino sobre os impactos do setor de transporte nesse montante e quais os demais parâmetros que influenciarão esse comportamento.

O Secretário Altino destacou, primeiramente, que o aumento do consumo de energia é impactado pelo setor de transportes, tendo em vista a grande utilização de fontes fósseis como combustíveis, havendo a consideração da permanência desse cenário, destacando que há predominância do escoamento da safra agrícola pelo modal terrestre, o que deverá permanecer nos próximos anos. Observou que o maior impacto no crescimento é o uso social da energia em residências e nas indústrias, assinalando que o consumo per capita brasileiro é menor do que a média mundial. Ressaltou, ainda, que o patamar de consumo considerado no PNE 2050 é mais próximo ao verificado nos países desenvolvidos, estando seu crescimento relacionado à melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Por fim, concluiu que esse é um cenário provável, mas que os três parâmetros de maior impacto na prospecção realizada são: PIB, demografia e desempenho econômico.

O Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Hermes Chipp, apresentou as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN, considerando a operação eletroenergética em 2015 e as condições de atendimento para o período 2016 a 2019. Afirmou que o suprimento de energia elétrica foi plenamente atendido ao longo de 2015, acompanhado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE. Ressaltou que em reunião realizada em 30 de novembro de 2015, o CEMADEN e o CPTEC/INPE apresentaram a previsão de precipitações, com indicação do predomínio de chuvas próximas à média histórica nas regiões Sudeste e Sul, e permanência do fenômeno denominado “El Niño”, que deverá permanecer até meados do primeiro semestre de 2016. Destacou que há a expectativa de manutenção do intercâmbio de energia para o Nordeste em seus valores máximos, além de estar prevista a redução da defluência de Sobradinho para 800 m³/s a partir de dezembro de 2015. Ressaltou, ainda, em relação à carga, que em comparação a dezembro de 2014 existe a previsão de retração do consumo de energia em, aproximadamente, 2% em dezembro de 2015. O Diretor-Geral do ONS concluiu a apresentação informando que as análises prospectivas de desempenho do Sistema para o período 2016 a 2019, apresentadas no CMSE, apontam valores que estão em conformidade com o critério de segurança estabelecido pelo CNPE.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Marco Antonio Martins Almeida, apresentou os resultados de 2015 e as condições de abastecimento ao mercado brasileiro de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis para o período de 2015 a 2018. Informou que há um crescimento significativo da produção de petróleo ao longo dos últimos 15 anos, e que há expectativa do Brasil se tornar exportador de petróleo líquido nos próximos anos. A produção de gás natural, segundo o Secretário, quase triplicou desde o ano de 2000, alcançando a produção atual de, aproximadamente, 100 bilhões m³ gás/dia. Fazendo referência a produção nacional de combustíveis derivados de petróleo, em 2015, informou que o mercado do ciclo Otto cresceu 0,7% até outubro de 2015, com forte substituição da gasolina por etanol e que o diesel S10, combustível com menor teor de enxofre, já alcança 28,7% do total comercializado no mercado brasileiro para o mesmo período.

Em relação ao mercado de etanol e biodiesel, o Secretário informou que foram abastecidos regularmente em 2015. O etanol deve alcançar o volume de 31,1 bilhões de litros, na safra 2014 – 2015, com crescimento de 7% em relação à safra anterior. Quanto ao Biodiesel serão produzidos, na safra 2015 – 2016, segundo previsão da Conab, 102 milhões de toneladas, com crescimento de 6% em comparação a safra anterior.

Ressaltou, ainda, que conforme apresentado em Paris na COP 21, até o ano de 2030, o Brasil deverá atingir a meta de utilização de 20% do biodiesel no diesel convencional e que, neste sentido, o CNPE autorizou por meio da Resolução nº 3/2015, o uso voluntário de biodiesel em percentuais de até 20% para frotas cativas e 30% para transporte ferroviário e uso agrícola. Destacou que estima-se, com a medida, a incorporação de 1 bilhão de litros à produção anual do biocombustível.

A Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, Eva Maria Chiavon, questionou a diminuição de estudos e investimentos para a obtenção de biodiesel a partir de outras fontes, tais como mamona e amendoim e não a partir da soja, forma majoritária atualmente, tendo em vista os trabalhos já desenvolvidos em relação ao assunto pelos Estados do Nordeste.

O Secretário Marco Antonio informou que, com o passar do tempo, foi identificado que a mamona não é o produto mais adequado para a obtenção de biodiesel devido às suas características e preço, pois o óleo de mamona é exportado pelo Brasil, o que concorre com sua utilização para produção de biodiesel. Salientou ainda, que toda a produção de biodiesel comercializado nos leilões com selo tem uma parcela relevante de participação da agricultura familiar, destacando que, atualmente, há produção de biodiesel a partir de outras fontes como o óleo de algodão, mas que a segunda fonte mais utilizada após a soja tem sido a gordura animal. Em relação à utilização da palma (dendê), informou que o grande entrave é a questão fundiária.

O Secretário-Executivo, Eduardo Barata, concedeu a palavra ao Secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gadelha, que informou sobre a existência de uma ação sendo desenvolvida pelo MDIC em relação ao biodiesel, com o envolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, com vistas ao fortalecimento da ação no âmbito regional.

O Secretário Marco Antonio fez uma apresentação sobre os resultados da 1ª etapa da 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, realizada em outubro de 2015, informando que dos 236 blocos, foram arrematados 37 blocos por 17 empresas vencedoras, sendo 11 nacionais. Salientou ainda, que será realizada no dia 10 de dezembro nova rodada, com a oferta de áreas inativas com acumulações regionais.

O Representante dos Estados e do Distrito Federal, Secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles, destacou que a projeção do consumo de gás está modesta e parabenizou os trabalhos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP sobre as regulações que estão sendo elaboradas para possibilitar a introdução da demanda provada nesse setor, a exemplo da regulação para a cessão de gás, livre acesso e troca (swap). Destacou, ainda, que temas como a regaseificação de GNL não estão incluídos nesse processo e também deveriam ser considerados. Por fim, mencionou que hoje um dos entraves para o trânsito desse gás no país é a questão do ICMS, solicitando apoio do Ministério de Minas e Energia para discussão do assunto junto ao CONFAZ.

Dando continuidade a sua apresentação, o Secretário Marco Antonio informou que o processo licitatório do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, no modelo de concessão, foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União - TCU, tendo em vista questionamento realizado à Petrobras sobre a continuidade de seu interesse no investimento. Informou que a Petrobras já se manifestou, em junho, positivamente sobre o assunto, bem como foram remetidas pela

ANP e pela EPE as informações solicitadas pela Corte de Contas e, no momento, aguarda-se o posicionamento do Ministro Relator.

Com relação aos leilões de biodiesel, informou que foram realizados seis leilões, sendo o último em outubro de 2015, com volume de 657,8 mil metros cúbicos, a um preço médio de R\$ 2.406 o metro cúbico e investimentos da ordem de R\$ 1,58 bilhão.

Por fim, o Secretário apresentou os estudos do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, em atendimento às Leis nº 9.478, de 1997, e nº 8.176, de 1991, e disponibilizou o Relatório aos Conselheiros. Informou que, segundo avaliação do Grupo de Trabalho, com participação do MME, ANP, EPE e Petrobras, não é necessária a formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol carburante, destacando que o Brasil já é autossuficiente e o seu custo é extremamente alto.

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata, apresentou os resultados dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica. Informou que, em 2015, foram realizados cinco leilões de geração para a contratação de energia elétrica com a outorga de 137 empreendimentos e capacidade de 5.434 MW, com investimentos previstos de R\$ 20,2 bilhões. Salientou que foram realizados quatro leilões de transmissão com 6.226 km de linhas com capacidade de transformação de 9.198 MVA e investimentos na ordem de R\$ 13,3 bilhões.

Ressaltou que, além desses leilões, foi realizado também um leilão de energia existente, com a outorga de 29 usinas que não tiveram suas concessões renovadas, totalizando 6 GW de capacidade instalada.

Destacou que o prazo da concessão será de 30 anos, tendo como resultado final do leilão o pagamento de bonificação de R\$ 17 bilhões por essas outorgas. Disse, ainda, que a operação dessas usinas será com a alocação de 70% de suas garantias físicas no regime de cotas e 30% ficando à disposição dos concessionários. No entanto, excepcionalmente em 2016, 100% da garantia física deverá ser alocada no regime de cotas.

Para o ano 2016, na área de geração, o Secretário-Executivo informou que está prevista a realização de um leilão de energia de reserva a ser agendado, e ainda mais três leilões: um A-5 agendado para 5 de fevereiro de 2016; um A-3 previsto para o primeiro semestre e um A-1 a ser agendado. Está prevista, ainda, a licitação de 11.142 MW de fonte hidrelétrica.

Finalizando, comunicou que, na área de transmissão, está prevista a realização de leilões para a outorga da concessão de 12.494 quilômetros de linhas e 23.032 MVA de capacidade de transformação, com investimento previsto de R\$ 21,6 bilhões, e a conclusão de estudos de planejamento de 6.342 quilômetros de linhas, e 7.500 MVA de capacidade de transformação, com investimento previsto de R\$ 16,6 bilhões.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, propôs a realização de discussões gerais sobre licenciamento ambiental e sua relação com o setor elétrico, destacando que os avanços alcançados ainda são insuficientes para dirimir todos os entraves e que, estes, só serão sanados por meio de diálogo de todos os envolvidos.

3 - RESOLUÇÕES DO CNPE

O Secretário-Executivo do CNPE, Willamy Moreira Frota, apresentou o Balanço das Resoluções aprovadas e publicadas em 2015 e proposta de nova resolução. Relembrou que foram aprovadas e publicadas três resoluções em 2015: Resolução CNPE nº 1, de 3 de junho de 2015, que autoriza a realização da Décima Terceira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural (2ª etapa prevista para 10/12/2015); Resolução CNPE nº 2, de 18 de setembro de 2015, que estabelece os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração de energia elétrica; e Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015, que autoriza e define diretrizes para a comercialização e uso voluntário de biodiesel. Na sequência, colocou para aprovação a proposta de Resolução da criação do Comitê Técnico de Eficiência Energética – CTEE, que tem por objetivo propor estratégias para a promoção da eficiência energética.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, sugeriu proposta de articulação do futuro Comitê com o já existente Comitê Técnico de Segurança Climática.

O Secretário Altino Ventura destacou que será feita essa articulação entre os Comitês.

O Secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gadelha, questionou em relação à existência ou não de paralelismo entre esse novo Comitê e o Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética – CGIEE, que também se reporta ao CNPE.

O Secretário Altino Ventura destacou que apesar de haver afinidades entre atividades dos dois Comitês, o CGIEE não abrange diversas ações que deverão ser tratadas pelo CTEE. Esclareceu que a proposta do novo Comitê foi feita de forma a se fazer a prestação de contas e a definição de políticas para os temas hoje não tratados com o devido enfoque. Por unanimidade, o Conselho aprovou os termos da proposta da criação do Comitê Técnico de Eficiência Energética – CTEE.

4 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, Willamy Frota, entregou aos membros do Conselho o relatório sobre as atividades desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalhos do CNPE e um relatório executivo das atividades dos diversos setores energéticos do País, durante o ano de 2015. Na oportunidade, conforme dispõe o art. 12 do Regimento Interno do CNPE – Resolução CNPE nº 7, de 2009, propôs aos membros do Conselho a agenda básica dos trabalhos para o ano de 2016. O Colegiado aprovou a agenda, com indicação de reuniões para os dias 14 de junho e 8 de dezembro de 2016.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.